

ASPECTOS ATITUDINAIS DA EFICÁCIA JURÍDICA DAS AÇÕES

AFIRMATIVAS: preconceito e concepções de justiça

Dr^a. Lila Maria Spadoni Lemes¹

Djalles Corrêa da Silva²

Eva Caroline Nunes Rezende³

Hugo César Pimenta de Araújo⁴

Jamilly Michelly Meirelles Ribeiro⁵

O presente trabalho levanta alguns argumentos jurídicos em prol da constitucionalidade das ações afirmativas que esclarecem a opção pela igualdade material. Essa igualdade pressupõe a ação do Estado no sentido de privilegiar os desprivilegiados. Em seguida, passa-se a apresentar a relação da eficácia das leis com a psicologia política através da teoria das representações sociais. Por fim, dois estudos empíricos, que trazem dados que podem elucidar alguns aspectos dessa questão.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, consagra o princípio da igualdade material. Esse princípio se contrapõe ao princípio da igualdade formal que entende dever ser esta interpretada literalmente impedindo qualquer reconhecimento das desigualdades. Segundo este princípio, as ações afirmativas constituem numa discriminação injusta, ao estabelecerem um tratamento diferente entre os cidadãos.

Mas, segundo o princípio da igualdade material, o Estado é responsável por promover a igualdade entre os cidadãos, e para isso, pode e deve se utilizar de políticas que reconheçam e tentem reduzir as desigualdades existentes. Entre estas se destacam as condições sócio-econômicas.

Em seu art. 3º, a Constituição estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Dentre os quais estão elencados: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

¹ Professora da Unievangélica.

² Acadêmico do Curso de Direito da Unievagélica.

³ Acadêmica do Curso de Direito da Unievagélica.

⁴ Acadêmico do Curso de Direito da Unievagélica.

⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Unievagélica.

Tal artigo demonstra a opção pela igualdade material visto que se utiliza de verbos de ação tais como: construir, promover, erradicar, reduzir.

Além disso, o Brasil assinou instrumentos internacionais, de proteção aos Direitos Humanos, que visam o combate à discriminação e permitem a adoção de medidas positivas para modificação de seus efeitos. Dentre eles se destaca a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação. Tal convenção, ratificada pelo Brasil em 1994, considera legítima a adoção de medidas afirmativas com o objetivo de proporcionar a grupos raciais ou étnicos, o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais. De acordo com a Emenda Constitucional de nº 45/2005, os tratados internacionais sobre Direitos Humanos, quando aprovados, passam a ser equivalentes àquela. Portanto, as ações afirmativas já poderiam ser consideradas legais apesar de ainda causarem polêmica no meio jurídico. No entanto, essa polêmica foi resolvida pela decisão do Supremo em abril de 2012, conforme já narrado.

Pode-se ainda alegar que as políticas de ações afirmativas já vinham sendo incluídas na agenda nacional, como demonstra o Decreto-Lei nº 7.037 de 21/12/09, ao aprovar o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que preceitua: "... as ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias, que buscam remediar um passado discriminatório" (p.22). E é, justamente neste rol, que se tem a demanda por medidas de inclusão social das classes discriminadas socialmente, citando-se os negros como exemplo vivo dessa realidade.

No entanto, embora constitucionais e respaldadas pelo Direito Internacional, as ações afirmativas (A.A.) enfrentam um problema de eficácia devido à resistência das pessoas comuns. Essas ações, principalmente no que tange a reserva de cotas, parecem não serem compreendidas e nem aceitas pela maioria quantitativa da população.

Teoricamente, pode-se dizer que as leis, quando entram em discussões cotidianas dos cidadãos, são interpretadas segundo algumas concepções de justiça compostas por crenças, valores, normas de condutas e representações sociais (SPADONI, 2009).

Isso significa que, quando uma lei nova é aprovada, é julgada pelos cidadãos que a caracterizam como justa ou injusta e, conseqüentemente, estes cidadãos se posicionam contra ou a favor da nova lei.

Em Direito, esse fenômeno é compreendido através do termo “eficácia da lei”. A eficácia está ligada a aplicabilidade da lei, por isso uma lei possui eficácia quando interage com a sociedade. O Direito, portanto, deve se preocupar com a eficácia das leis, sendo esta uma questão que trata da mudança de costumes, crenças e valores do cidadão. Ou seja, “... de que serve um ordenamento, cuja fundamentação remonta a norma fundamental se, na prática, não é capaz de ser praticado?” (BITTAR, 2009, p.188).

Os problemas com a eficácia incluem a adesão dos cidadãos às normas impostas pela Lei. A adesão é feita através de um processo que vai levar o indivíduo a adotar um posicionamento social em relação à lei. Neste trabalho, propõe-se analisar os processos psicossociais que regem a formação das atitudes dos cidadãos em relação às ações afirmativas.

Supõe-se que o processo de eficácia das leis obedece aos mecanismos próprios do pensamento social. Guimelli (1999) os caracterizavam por seguidores de uma lógica própria, que difere da lógica racional e científica, utilizada no exercício do Direito. Essa lógica do pensamento social privilegia, sobretudo, as relações humanas e cotidianas de um grupo social a que o indivíduo faça parte.

A eficácia das leis e a psicologia política

Segundo Rouquette (1994), o Estado tem um papel educativo, principalmente nas sociedades de massas. O Estado traça através das leis uma representação do cidadão ideal e todo o aparelho estatal trabalha para que essa representação seja ensinada aos indivíduos. Por isso, a psicologia política deveria se preocupar com a influência desses fenômenos políticos nos processos psicossociais dos indivíduos.

No entanto, o cidadão é sempre um cidadão pensante que opta por obedecer ou por se desviar da lei (Spadoni, 2009). Segundo Vintilla (2011), o respeito às leis nunca é absoluto, pois as leis são cotidianamente interpretadas e negociadas por cada pessoa. Em alguns casos, a transgressão de uma lei pode ser extremamente bem avaliada por determinados grupos sociais.

Nossa principal hipótese teórica é que a atitude em relação a uma lei polêmica está relacionada à avaliação do seu caráter justo ou injusto. O que significa que entre a lei e a noção de justiça, as pessoas tenderiam a optar pela justiça, segundo suas crenças e valores pessoais ainda que sejam preconceituosas.

Pressupomos, portanto, que as leis que propõem as ações afirmativas encontram obstáculos nas concepções de justiça das pessoas comuns, que não consideram justo o tratamento desigual em situações de competição. Essas concepções, por sua vez, ancoram preconceitos que podem ser mais intensos quando se referem aos negros.

Spadoni e Torres (2004) demonstraram que a aceitação das ações afirmativas dirigidas às mulheres e aos negros são correlacionadas, mas elas não se correlacionam as ações afirmativas dirigidas às pessoas com deficiência. As autoras consideram que a diferença que exclui o portador de deficiência é estabelecida fisicamente enquanto que a diferença que exclui mulheres ou negros é estabelecida socialmente. Esse fato faz com que as ações afirmativas direcionadas aos negros e mulheres sejam avaliadas de forma diferente do que quando elas se dirigem aos deficientes.

Os dados dos estudos apresentados nesse resumo ressaltam a necessidade de trabalhos dirigidos à educação em Direitos Humanos, que esclareçam a população a respeito da dívida histórica do Brasil em relação aos descendentes dos africanos que aportaram no país, como escravos, e que até hoje permanecem em desvantagem social.

As ações afirmativas, assim como várias normas dos direitos humanos, possuem problemas de eficácia devido à cultura das pessoas comuns que compõem a sociedade. As pessoas possuem crenças, valores e concepções de justiça que se expressam em atitudes contrárias à reparação da exclusão socioeconômica das minorias.

No caso dos negros, essas crenças se revelam preconceituosas modulando concepções de justiça que privilegiam formas sutis de segregação social.

O princípio da igualdade formal, nesse caso, pode ser utilizado para justificar a exclusão dos negros de parte do mercado de trabalho que é socialmente reservado aos brancos. Invoca-se no senso comum o princípio da igualdade formal ignorando as barreiras que impedem que o negro tenha as mesmas chances do que o branco. No entanto, as pessoas possuem o conhecimento de que essas chances não são iguais.

Talvez possamos afirmar que no senso comum permanece a concepção antiga de que o lugar dos negros é nas senzalas do mundo pós-moderno, em profissões de menor prestígio e remuneração.

Nesse sentido, as leis que propõem as AA embora sejam previstas e defendidas pela legislação nacional e internacional, afrontam o senso comum de justiça que por sua vez se ancora em concepções preconceituosas.

Da perspectiva da psicologia política poderíamos afirmar que essas leis ao serem avaliadas, interpretadas e negociadas pelas pessoas, num processo coletivo construído nas conversações ordinárias, são avaliadas como injustas. Nesse caso a transgressão da lei, ou sua não concretização em termos de políticas públicas pode ser bem avaliada pelos cidadãos. Ou seja, os processos psicossociais envolvendo as crenças, normas, valores, e atitudes dos cidadãos podem interferir e mesmo impossibilitar a eficácia da lei.

Nesse estudo temos indicações que esses processos psicossociais estão permeados por concepções preconceituosas e ideológicas no caso das ações afirmativas direcionados aos negros, o que aponta para a necessidade de ações que promovam a educação para uma sociedade igualitária.

Em termos teóricos, esse artigo levanta a hipótese de que o preconceito pode ser ancorado em concepções de justiça assim como o posicionamento simbólico dos indivíduos em relação a uma lei polêmica. Essas hipóteses podem ser mais amplamente exploradas em estudos futuros. A relação entre as concepções de justiça e o preconceito pode elucidar algumas facetas deste último, visto que, as grandes injustiças cometidas contra as minorias têm sido historicamente legitimadas pela legislação e pelas concepções de justiça do senso comum.

Referências Bibliográficas

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação*, ratificada pelo Brasil. 1994.

BITTAR, E, C., B. *O Direito Na Pós-Modernidade*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2009.

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*. 1988.

BRASIL . *Plano Nacional de Direitos Humanos 3*. 2009.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. *Diário Oficial da União*, n. 244, 22 de dezembro, 2009.

GUIMELLI, C. *La pensée sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, son image, son public*. Paris: PUF, 1961.

SANTOS, J. , A., F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 37-181, 2009.

ROUQUETTE, M-L. *Sur la connaissance des masses*. Grenoble: PUG. 1994.

SPADONI, L. *Psicologia realmente aplicada ao Direito*. 1ed. São Paulo: LTr, 2009.

SPADONI, L.; Torres, A.R.R. Análise psicossocial do posicionamento frente às ações afirmativas relacionadas a deficientes físicos, mulheres e negros. *Revista Jurídica FADA*, ano VI, n.10, p. 37-47, 2004.

VINTILLA, A. Do medo da sanção à transformação das mentalidades. A contribuição da teoria das representações sociais aos estudos sobre a eficácia das leis, p.11-23. In; Lila Spadoni. *Psicologia realmente aplicada ao Direito*. 1ed. São Paulo: LTr, 2011.